

Experiência de uma Residência Social no Algarve, em Portugal

EXPERIENCE OF A RESIDÊNCIA SOCIAL IN ALGARVE, PORTUGAL

Solange Novis Ribeiro*

RESUMO

O artigo da mestranda destina-se a instaurar, através da experiência de Residência Social, analogias entre a sua pesquisa profissional e o trabalho desenvolvido pela Associação In Loco, na região do Algarve, Portugal. Dá-se, aqui um apurado histórico da instituição, e da sua ação em prol da educação da população portuguesa- país que apresenta o maior déficit de cidadania dentre os europeus. Sem fins lucrativos e de utilidade pública, é reconhecida pelo governo, cujo incentivo à massificação da educação pode ser um obstáculo para o desenvolvimento da factual melhoria de qualidade de vida que se destina obter.

Palavras-chave: desenvolvimento local; intervenção comunitária; aprendizagem e território.

ABSTRACT

The masters article is intended to introduce, trough the experience of Social Residence, analogies between the profesional research and the work developed by the Associação In Loco, in the Algarve, Portugal. The author writes here an accurate history of institution, and their action by the education of the Portuguese people- country with the largest deficit of citizenship of the Europe. Nonprofit and public utility, is recongnized by the govern, whose encouragement to massification of education may be an obstacle for development of effective improvement of the quality of life is intended to obtain.

Keywords: local development, community intervention, learning and territory.

*SOLANGE NOVIS RIBEIRO - Mestre em Gestão Social e Desenvolvimento pelo CIAGS/UFBA. Pedagoga, especialista em Gestão de Iniciativas Sociais pela UFRJ e em Gestão Empresarial - pela FGV/RJ. Atua como Gerente de um Programa de Educação de Adultos trabalhadores na Indústria pelo Serviço Social da Indústria/Bahia.

Localizada em São Brás de Alportel, região do Algarve, Portugal, a Associação IN LOCO é uma organização para a Intervenção, Formação e Estudos para o Desenvolvimento Local, criada em 26 de agosto de 1988 e considerada como entidade sem fins lucrativos, pessoa coletiva de utilidade pública em 2001.

Os objetivos da IN LOCO foram bem descritos como:

Promover o desenvolvimento local entendido como processo de melhoria das condições culturais e materiais da vida das populações, através de iniciativas de base comunitárias. Promoção e plena valorização dos recursos humanos e materiais do interior serrano, em ligação com as populações locais e todas as instituições e personalidades interessadas. (ASSOCIAÇÃO "IN LOCO". *Intervenção. Formação. Estudos para o desenvolvimento local, Pensar Globalmente, Agir Localmente*. Não datado.p.1)

Por filosofia, segundo o mesmo referencial, atribui alguns requisitos ao desenvolvimento, numa concepção que deve basear-se “na vontade e nos saberes dos indivíduos e dos grupos” comprometidos com a melhoria da qualidade de vida local, na perspectiva da cidadania plena e da democracia participativa; deve ser uma sinergia entre a tradição e a modernidade; deve associar a dinâmica local com a lógica empresarial e da solidariedade social; deve “defender e valorizar o patrimônio natural, social e cultural” na dimensão ecológica; e por fim que o desenvolvimento deve “traduzir-se num processo de educação permanente capaz de criar uma cultura do desenvolvimento e, simultaneamente, de gerar um projeto social e cultural”, (*ibid*, p.1).

Certamente que esse último requisito foi o que me atraiu a IN LOCO, considerando o problema de pesquisa com que me defronto neste trabalho, que me levou à pergunta de como a educação de adultos tem respondido aos apelos do desenvolvimento local/regional pelo mundo afora.

Suas atividades situam-se em diversos eixos como Desenvolvimento Local e Rural, Valorização dos produtos locais, Apoio às PME's, Turismo Rural, Apoio ao artesanato, Novas Tecnologias, Apoio à criança em meio rural, Juventude, Ambiente/Floresta, Estudos, Seminários, Visitas e Participação em Redes, Publicações e outros suportes, Prestação de serviços ao exterior e Formação/Desenvolvimento, foco dessa Residência Social.

Como entidade formadora e acreditada junto ao Governo, a IN LOCO se constitui como Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), que visa assegurar aos adultos sem a escolaridade obrigatória, o reconhecimento, validação e certificação das competências que tenham adquirido por via informal ou não, com vista a um desenvolvimento pessoal e social que favoreça a sua plena autonomia, a sua integração social, cidadã e uma inserção profissional satisfatória.

[...] Reconhecer, validar e certificar competências-chave da população adulta é um processo inovador que decorre essencialmente das estratégias de aprendizagem e formação ao longo da vida. Não se trata apenas, de traduzir aprendizagens e saberes mais ou menos formalizados ao longo de uma determinada trajectória escolar, mas também, de partir, das trajectórias de vida de indivíduos adultos para extrair de modo contextualizado e especializado as soluções de acção utilizadas nas mais diversas situações dos seus percursos e contextos. É este o entendimento e a pertinência de um referencial de competências-chave. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006a, p. 12)

O RVCC faz parte de uma política do governo socialista Português da década de 90, para enfrentar a grave questão da escolaridade da população lusitana, fortemente exposta por ocasião da formação da comunidade europeia e passagem para uma sociedade do conhecimento e fortalecimento social, que deixou Portugal muito mal perante os outros países europeus no que diz respeito à qualificação da sua força de trabalho, considerando que,

[...] Cerca de 3.500.000 dos atuais ativos têm um nível de escolaridade inferior ao ensino secundário, dos quais 2.600.000 têm um nível de escolaridade inferior ao 9º ano. Mesmo considerando a população mais jovem, cerca de 485.000 jovens adultos entre os 18 e 24 anos (45% do total) estão a trabalhar sem terem concluído 12 anos de escolaridade, 266.000 dos quais não chegaram a concluir o 9º ano. (*ibid*, p.11).

Em comparação com a União Europeia, no período de 2002-2004, Portugal e Malta apresentam as taxas mais baixas de escolaridade no nível secundário no segmento de 20 a 24 anos, ficando abaixo dos 50%, quando a média europeia se situa acima dos 75%. No que se refere também à média de anos de escolarização, dados da OCDE 2005 apontam que a população adulta em 2003 tem uma média de 12 anos de escolaridade enquanto Portugal tem uma média de 8,2 anos, bem distante dos países que formam esta organização. (*ibid*, p. 11)

Nesse contexto, o desafio de qualificar a população se põe aos Portugueses no sentido de um esforço sustentado politicamente através dos anos.

Criado inicialmente para reconhecer competências correspondentes aos 9 anos do nível básico, equivalente ao Ensino Fundamental brasileiro, avança agora para o reconhecimento das competências correspondentes ao nível secundário, o Ensino Médio brasileiro.

Para tanto, um grupo de especialistas produziu os Referenciais de Competências – chave para a Educação e Formação de Adultos, um para o nível básico e

outro para o nível secundário, onde se pretendem criar as condições favoráveis ao reconhecimento social dos saberes e competências adquiridas pelos adultos em aprendizagens ao longo da vida, por vias formais ou não formais, ou mesmo completá-las a fim de certificar esses saberes nos níveis básico e/ou secundário.

A IN LOCO tem muita crença nessa proposta, mas teme pela sua continuidade uma vez que o governo atual pressiona pelo aumento de metas, ameaçando, ao ver da sua Presidente, a qualidade do serviço oferecido.

A grande questão que a entidade enfrenta atualmente diz respeito à tensão entre a necessidade dos recursos financiados pelo governo para prosseguir na atividade, ameaçados, ao tempo que precisa garantir os padrões de qualidade pretendidos e desempenhados até então pela IN LOCO nesse projeto, em particular. São fatos que indicam uma tentativa de uso político do RVCC no panorama atual. Segundo Maria Priscila, Presidente da IN LOCO, o partido político que ora se encontra no governo pretende declarar até 2010 que não existe mais baixa escolaridade em Portugal, e para isso, “faz-se de qualquer jeito”.

Os Referenciais, tanto no nível básico quanto no secundário, seguem princípios orientadores de:

- Adequação e relevância – concepção de que as pessoas constroem seus conhecimentos em interação com as experiências, e que são capazes de desenhar seus projetos de vida. Não existem competências independentes das pessoas. Existem pessoas possuidoras de competências, portanto as competências devem se ajustar às pessoas.
- Abertura e flexibilidade – considera a motivação das pessoas para o reconhecimento e a capacidade de resposta às necessidades dos adultos.
- Articulação e complexidade – deve garantir a transversalidade e continuidade das áreas de competências, numa matriz articulada, aprofundada na complexidade inerente ao processo. No nível básico, essa mesma idéia é mencionada com o nome de articulação vertical e horizontal. Nesse mesmo nível, ainda se tem um outro princípio de equilíbrio e diz respeito à integração de quatro áreas nucleares que formam para as necessidades da cidadania e empregabilidade.

O Sistema de Reconhecimento e Validação de Competências foi desenvolvido e é gerido pela Agência Nacional para a Qualificação – ANQ, que “é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, sob a tutela dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica no prosseguimento das suas atribuições”, <www.anq.gov.pt>. Acesso em: 05 mar.2008.

É importante destacar que a experiência do RVCC aqui mencionada é conhecida nos limites da experiência da Associação IN LOCO, e por meio dela foi possível conhecer uma figura de marcada importância nesse contexto que é o Alberto Melo, da Universidade do Algarve, um dos principais fundadores da Associação IN LOCO, juntamente com Priscila Soares e Amélia Muge, e que tive a oportunidade de entrevistar na condição de autor e Delegado Regional do Trabalho em Faro.

Importante sujeito na história da Educação de Adultos em Portugal, com passagem pela OCDE em Paris e no Ministério da Educação de Portugal, destaca duas conclusões percebidas na relação educação/formação e a evolução da economia, que o levaram a estudar “*Adult Education*” em Manchester. Uma, de caráter técnico, aponta para a *educação permanente* como a solução mais racional para atualizar a força de trabalho em Portugal, e não, o sistema escolar inicial; a outra, de natureza filosófica e política, da necessidade de se colocar a *economia a serviço das pessoas e não o inverso*.

Para Melo (2006), é inquestionável a associação entre os processos de Desenvolvimento Local e a Educação de Adultos (EA) em Portugal, chegando mesmo a serem determinantes na ulterior definição de uma estratégia nacional para a EA no país.

Segundo esse autor, a concepção e prática do Desenvolvimento Local se deu em bases de estrutura associativa, com abordagem educativa, cuja centralidade está nas pessoas, no aprender fazendo e fazer aprendendo. São práticas de intervenção na realidade socioeconômica fundamentadas no “caminho a construir, uma abordagem de tentativas e erros”, onde o contato com pessoas adultas e pouco escolarizadas, mas muito cultas, atribuiu a si um novo significado no contexto geral.

Dois componentes estavam presentes nessa estratégia: relacionais - cognitivos e técnico-metodológicos - e de ajuste às reais necessidades e capacidades dos adultos em contexto de vida e trabalho, longe do modelo escolar.

Segundo Melo (2006), ao término da forte ditadura de extrema-direita em Portugal e a mais longa da Europa, nos idos de 1974, fazia-se necessário construir uma Educação de Adultos para a democracia. Portugal naquele momento se via com mais de 30% de sua população analfabeta, com uma profunda desigualdade social. A conquista da democracia representativa não significava imediata vivência de cidadania para todos. Ainda hoje exhibe imenso desnível, o maior da Europa, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da população. Este, na sua opinião, é o maior problema atual de Portugal – o déficit de cidadania, e não o desnível econômico em relação a outros países da Europa.

Numa abordagem de formação de cidadãos, a Educação de Adultos serviu como “estratégia de arranque” ao desenvolvimento local, pois se atribuiu o protagonismo

educativo aos grupos locais, grupos de base, para o desenvolvimento de cursos de alfabetização, com enquadramento legal assegurado pelo serviço público. Isso significava atender às simples solicitações vindas desses grupos em relação a infra-estrutura e ampliação de acesso a recursos culturais, assim como ajudar a criar as condições para que novas solicitações emergissem.

Dessas solicitações então, se formaria o Plano de Atividades da Diretoria Geral de Educação Permanente (DGEP), em 1976, com a missão de construir uma nova Educação para os Adultos e a cidadania do português, por meio de três eixos principais:

- Alfabetização, *“entendida como um meio de participação social e política na nova sociedade em construção, e não como um fim em si, uma técnica de ligar letras”*
- Educação não formal, *“considerada o conjunto dos meios a construir com as populações a fim de responder aos problemas quotidianos que têm que enfrentar (e que vão desde aprendizagem de técnicas de produção de energia eléctrica, de conhecimentos de medicina preventiva até a ocupação de tempos livres)”*
- Redefinição da carreira escolar do adulto, *“entendida como forma de reconhecer oficialmente novos métodos e conteúdos de ensino para adultos, concedendo equivalências escolares a certos “cursos livres” ou trabalhos originais de indivíduos ou grupos” (ibid, p.4)*

A concretização dessa estratégia se daria com base em instrumentos como a “bolsa de atividades”, uma forma de reconhecimento público e apoio aos “organizadores e animadores *naturais*” nos seus meios social e profissional, e o Decreto-lei do estatuto de “Associação de Educação Popular”, consolidando o processo de organizações criadas e geridas pelos adultos, com autonomia em relação ao Estado e por ele subsidiadas.

No artigo 7º desse estatuto, estabelecem-se os princípios de orientação e planejamento da educação popular com a possibilidade de certificar e diplomar os cursos por eles organizados, além da equivalência desses diplomas ou certificados a graus de ensino oficial.

Nos cursos de alfabetização oferecidos, ainda se via a mistura do novo, emergente das Associações, com o antigo regime, revelado nos exames que cobravam de forma desnecessária para o que se precisa na vida e no trabalho.

Em 1976, em decorrência da estratégia nacional de adesão à Comunidade Económica Europeia - CEE, há um “emagrecimento” da Educação de Adultos, restringindo-se aos cursos noturnos nas escolas, chamado de Ensino Recorrente,

que se constituía numa segunda oportunidade dada ao adulto para obter um certificado escolar oficial.

Existia a necessidade de se “normalizar” o país, e acabar com qualquer tipo de inconformismo assim como iniciativas criativas que pudessem dispersar do caminho estabelecido de integração ao “grande mercado” dos países europeus mais avançados. Foram extintas todas as instâncias oficiais em forma de Diretorias criadas para Educação de Adultos.

Chega-se a 1990, com as ações promotoras da escolaridade restrita a um Núcleo nas Direções Gerais. Nada disso ocorreu por falta de direção nessa área, haja vista que nos anos 70 havia sido construído o Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos (PNAEBA), aprovado pela Assembleia da República, mas nunca plenamente executado. Também se produziu na década de 80 um documento de balanço e de recomendações, fruto do trabalho de uma Comissão para Reforma do Sistema Educativo, que acabou nas gavetas dos decisores à época.

As ações da Educação de Adultos ficam sob a total responsabilidade do Ministério de Educação, com o foco no Ensino Recorrente, que operou com custos altíssimos e péssimos resultados, significando a desresponsabilização pelos 2/3 da população sem o 9^º ano em Portugal, apresentando uma incoerência com a definição oficial de escolaridade mínima de nove anos.

Nesse período, já se contava com inúmeros estudos que apostavam pela introdução dos adultos com dificuldades ou resistências ao mundo escolar pelas vias não formais ou informais. Ainda segundo Melo (2006), a omissão desse princípio e o enfoque escolar talvez sejam as causas da avaliação negativa do Ensino Recorrente.

Nessa perspectiva em que estamos contando a história da Educação de Adultos em Portugal, há sem dúvida um retrocesso nesse período, no que tange a estrutura oficial para a EA. No entanto, mantiveram-se ou até aumentaram as iniciativas para elevar as competências da população adulta portuguesa, engendradas pelas Organizações da Sociedade Civil.

Nesse contexto é que surge a Associação IN LOCO, que iniciou seu trabalho no meio rural do Algarve, procurando “promover um desenvolvimento local, integrado e participado, de populações e territórios deixados à margem pelo “*mainstream*” do crescimento económico”, (*ibid*, p.7). Muitos “Educadores de Adultos” na falta de apoio e direção no terreno do oficial se lançaram ao trabalho de intervenção sociocultural e/ou econômica no meio rural e urbano. Isso ocorreu sob a bandeira de vários nomes como, Desenvolvimento Local, luta contra a pobreza, criação local de emprego, etc...

A IN LOCO começou sem nenhum financiamento público do seu país, contando

apenas com o apoio de uma Fundação Holandesa, possibilitando a formação de uma pequena equipe para iniciar os trabalhos do Projeto Radial, uma intervenção nas aldeias da serra algarvia, quando se definiu que o trabalho seria pautado no trinômio “ação-investigação-formação”, ou seja, fundado no caráter educativo. (*ibid*, p.8)

A concepção aqui desenhada rompe radicalmente com o padrão escolar de ensino, e centra o trabalho no interesse do grupo local, partindo da situação-problema, de diagnósticos criteriosos da situação, para se criar situações educativas, contextos dinâmicos e significativos em torno de problemáticas que toquem efetivamente a vida das pessoas e possuam potencialidades de aprofundamento constante, nas áreas do cognitivo, do estético-afetivo, da sociabilidade.

Vivemos a educação de adultos, não como a situação em que a pessoa ensina algo a outrem, numa relação “relação de face-a-face”, mas sim como aquela em que todos aprendem, uns com os outros e pela auto-formação, graças à inserção comum num processo que é gerador de novos conhecimentos, de novas atitudes; digamos, para ilustrar o contraste, numa relação de ombro-a-ombro. (MELO, 2006, p.9)

Segundo o mesmo autor, nesse projeto, em contato com os inúmeros saberes da vida cotidiana de pessoas com mais de 60 anos de idade, com vivências e experiências de vida e sobrevivência grandiosas, mas se dizendo ignorantes por não terem ido à escola, por não terem diplomas, situações de dimensões educativas foram vivenciadas. Necessário foi, criar novos conceitos e práticas a exemplo de “formação em alternância”, inventado para nomear a prática de atuação e formação simultânea dos animadores locais – técnicos de intervenção local - com pouca qualificação.

Nas atividades de formação para o auto-emprego com mulheres de baixa escolaridade obteve-se o grande aprendizado de que intervir nas competências básicas em *literacia*, *numeracia* e comunicação oral, “se faria de forma mais eficaz e eficiente, se não fosse separada do processo central, sob a forma de “aula”, mas sim estreitamente ligada às actividades associadas ao objectivo fundamental do curso, a criação da empresa ou empregos”. É o aprendizado fundamental para as diretrizes que se estabelecem a partir daí, de que para o trabalho com as pessoas adultas, a abordagem integrada – educação e formação – é efetivamente a mais adequada, utilizando-se de componentes da educação geral, do desenvolvimento pessoal, aptidões técnicas e competências sociais. Outro aprendizado dizia respeito ao fato de que um projeto real funcionava como fator de agregação, atribuía sentido aos *inputs* da educação e da formação, além de constituir-se uma fator de motivação aos participantes. (*ibid*, p. 10).

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986,

houve uma invasão de recursos para a formação profissional, com relativo fracasso devido à falta de uma verdadeira política pública para Educação de Adultos. Por outro lado, a centralidade da oferta e não da procura, isto é, a predominância de formações em série, normalizadas e massificadas, que não tinham em conta as especificidades dos participantes e dos seus contextos de vida. Muitos terminaram os cursos da mesma forma que entraram, sem diploma com efeitos legais, equivalência a grau de ensino ou qualificação profissional.

Em 1997, pouco depois da V Conferência Mundial de Educação de Adultos (CONFINTEA) promovida pela UNESCO em Hamburgo, é constituído pelo Ministério da Educação um Grupo de Trabalho para elaborar um documento de recomendações para a EA em Portugal.

Na raiz desse trabalho estão as iniciativas de 1975/76, as dinâmicas educativas de desenvolvimento local que proliferam por todo o país, sobretudo na Serra do Caldeirão, região do Algarve. A ideia era se desenhar uma política pública a partir de práticas já experimentadas concretamente, como por exemplo a integração entre educação e formação, assim como propor uma resposta institucional à falta de certificação de saberes e competências adquiridas ao longo da vida ou cursos não formais.

Proposto pelo Ministério da Educação e homologado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Educação de Adultos passou a ser nomeada Educação e Formação de Adultos, e as ações decorrentes passaram à dupla tutela entre departamentos governamentais dos dois Ministérios. Significava uma nova Educação para Adultos, a educação para o desenvolvimento pessoal, da construção da cidadania, da promoção de conhecimentos e preparação para o trabalho.

Segundo Melo (2006), parece que na Educação de Adultos a caminhada é sempre no ritmo de um passo à frente e outro para trás e ainda se veriam retrocessos. Algumas coisas foram à frente como a constituição da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), para articulação de parcerias com a educação profissional, parcerias sociais e com empresas, mesmo sem a criação prevista de fundos específicos para financiá-la, Outras não, como a Educação à Distância com a “Tele-Educação para Adultos”.

A fim de lançar os projetos, foi criado o Grupo de Missão, composto por seis pessoas e coordenado pelo Alberto Melo, que propôs um Plano transitório em 1999 com base em três eixos, motivação das pessoas adultas para a procura de educação-formação; oferta adequada, flexível e diversificada de educação-formação; formação de agentes.(p.12).

Nesse momento, foi anunciado a “construção experimental e gradual de um sistema abrangente de validação formal dos saberes e competências informalmente

adquiridos” e a opção nesse campo por uma profunda ruptura do sistema escolar, da “*lógica academicista*”, que, segundo o autor, certamente provocam a desmotivação, abandono e insucesso dos adultos além da perda de recursos, por meio de ações centradas em “*conteúdos significativos, funcionais e relevantes para o desenvolvimento pessoal, a cidadania activa e a empregabilidade, e que, simultaneamente, produzam disposição para a aprendizagem ao longo da vida*” (*ibid*, p.12).

Em março de 1999, o Grupo de Missão encomenda a um conjunto de consultores especialistas, a elaboração de um “Referencial de Competências – Chave” fundamentados em “exigências da vida, da sociedade e da economia”, sob a argumentação de que

os resultados dessa auto-formação deverão ser reconhecidos e validados, de modo formal e rigoroso, não só por elementar justiça social, mas também por razões de ordem económica, evitando-se desse modo duplicações e desperdícios de tempo e de recursos públicos em formações redundantes (...) Defende-se que os saberes e competências adquiridos em esferas da actividade humana muito distintas sejam objecto de análise rigorosa e reconhecimento formal, traduzidos numa validação oficial: creditação (outorga de créditos), com equivalência parcial (dispensa de uma certa parte do percurso de formação) ou total (certificação, obtenção imediata de diploma oficial), (*ibid*, p.13).

Os mencionados Referenciais se estruturam em três níveis Básicos de complexidade crescente (B1, B2 e B3), e quatro áreas de competências: Linguagem e Comunicação; Matemática para a Vida; Tecnologias de Informação e Comunicação; Cidadania e Empregabilidade. Como área transversal, “Temas da Vida”.

Quanto à ANEFA, constituída oficialmente em 1999, nunca foi plenamente o que se imaginou no documento elaborado pela Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho, por encomenda do Grupo de Missão. Em Fevereiro de 2000 é empossada sua Comissão Instaladora, que leva adiante os esboços já delineados pelo Grupo de Missão. Surgem daí:

- os cursos de Educação e Formação de Adultos, ou cursos EFA, para adultos com idade superior a 18 anos sem escolaridade básica nem qualificação profissional, ofertados por entidades públicas e privadas ou outras instituições ou empresas acreditadas como entidades formadoras. Promovem a formação básica e profissionalizante e são estruturados em módulos de competência que reconhecem e validam as competências previamente adquiridas pelo adulto;
- as ações do Saber +, outra oferta formativa para aperfeiçoar competências

específicas, em módulos de 50 horas, não certificam mas podem ser reconhecidas em outras instâncias;

- e por fim, o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação Certificação de Competências - RVCC, com certificação escolar equivalente aos três ciclos do ensino básico.

Mais recentemente, em 2006, o governo lança um novo conceito de “Centro de Novas Oportunidades” (CNO), que de certa forma reforça e confirma a base das realizações propostas e ocorridas até então, apontando que efetivamente àquelas idéias haviam sido incluídas no “*mainstream*” da política pública da EA, como a dupla certificação.

Reconhecidamente mais ágeis e flexíveis, os cursos EFA com dupla certificação aos níveis de 9º e 12º ano, são comprometidos com metas grandiosas como 350.000 adultos até 2010. Os RVCC são ampliados para o 12º ano, isto é, Ensino Secundário, com a previsão de 500 Centros até 2010, bem mais do que os atuais 269 CNOs, e atendimento a 1.000.000 adultos até o mesmo ano.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO “INLOCO”. **Pensar Globalmente, Agir Localmente. Intervenção. Formação. Estudos para o Desenvolvimento Local.** Não datado. Não paginado.

GOMES, Maria do Carmo; Simões, Francisca. **Carta de Qualidade dos Centros de Novas Oportunidades.** Ana Maria canelas (Coordenação). Agência Nacional para a Qualificação, IP. 1ª edição, Outubro, 2007.

CASTRO, Rui Vieira; GUIMARÃES, Paula; BRON Jr, Michal; MARTIN, Ian; OLIVEIRA, Raquel. **Changing Relationships between the State, the Civil Society and the Citizen: Implications for Adult Education and Adult Learning.** Unit for Adult Education of the University of Minho & European Society for Research on the Education of Adults, Braga, Portugal 2007.

MELO, Alberto. **Comunicação em Sessão comemorativa do 30º aniversário da Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho.** Outubro, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial de Competências – chave para a Educação de Adultos – Nível Secundário.** Direcção Geral de Formação Vocacional. Setembro, 2006 a. Portugal.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial de Competências – chave para a Educação de Adultos – Nível Secundário. Guia de Operacionalização.** Direcção Geral de Formação Vocacional. Setembro, 2006 b. Portugal.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL. **Novas Oportunidades.Aprender Compensa.** Iniciativa no âmbito do Plano Nacional de Emprego e do Plano Tecnológico. Instituto do Emprego e Formação Profissional. Dezembro, 2005.

Agência Nacional para a Qualificação, IP Disponível em <www.anq.gov.pt> . Acesso em: 05 mar.2008.